

Sarney: fala de Chávez é “insensatez”

Presidente do Senado e Alvaro Dias criticam ameaça de guerra. Votação do ingresso da Venezuela no Mercosul depende de líderes

A DECLARAÇÃO DO presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre a possibilidade de uma guerra entre seu país e a Colômbia foi classificada ontem como “despropositada” e “absoluta insensatez” por José Sarney. Ele ressaltou que “não há vislumbre de qualquer hipótese de guerra no continente”. No domingo, Hugo Chávez disse que a população e o Exército devem se preparar para a guerra como forma de garantir a paz e citou os Estados Unidos e a Colômbia como possíveis agressores. O presidente do Senado afirmou que a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul poderá não ocorrer esta semana, pois é preciso reunir os líderes para definir a pauta. O senador Alvaro Dias criticou duramente as declarações de Chávez e manifestou a opinião de que o Congresso brasileiro deveria adiar a decisão sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul “até que a democracia voltasse à plenitude no país”. **3**



Helder Queiroz, Paula Kovarsky, Fernando Collor, Eduardo Teixeira e Ernani Torres em audiência na comissão

Como arranjar dinheiro para explorar pré-sal?

Especialistas estimam em US\$ 174,4 bilhões a necessidade de investimentos da Petrobras até 2013 e afirmam que sucesso nas perfurações pode viabilizar capitalização da companhia

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado manifestaram a convicção de que a Petrobras não terá dificuldades para fechar sua operação de capitalização, pela qual deve conseguir do governo federal e dos acionistas dinheiro para sustentar seus investimentos, especialmente na área do pré-sal da bacia de Santos.

Entretanto, eles afirmaram que a Petrobras

deverá fornecer mais informações ao mercado antes da venda das ações. “Na dúvida, o mercado obviamente não oferecerá os preços mais elevados”, observou a engenheira de produção Paula Kovarsky, que lidera a área de Análise Petróleo e Petroquímicos no Itaú Securities. Para o ex-presidente da Petrobras Eduardo Teixeira, a estatal “se tornou uma noiva muito brindada” com as descobertas e pode atrair os investidores. **5**

CCJ volta a examinar rigor contra crime hediondo e prisão para usuário de drogas

Os presos, principalmente os condenados por crimes hediondos, passarão mais tempo na cadeia antes de conseguir a progressão da pena, pela qual podem obter o livramento condicional. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado deve votar amanhã, em segundo turno, projeto que aumenta as exigências para a concessão do benefício. A matéria pode ser enviada diretamente

à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para sua votação em Plenário.

Outra proposta em exame na comissão é a que restabelece a pena privativa de liberdade nos casos de aquisição ou posse de drogas para consumo pessoal. Autor da proposta, o senador Gerson Camata afirma que o usuário de droga é o “ponto nevrálgico” da rede que leva ao tráfico. **6**



Sarney é contra adesão da Venezuela



Alvaro quer adiar decisão do Senado

Audiência pública discutirá confronto entre governo e TCU

Representantes do governo, do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria-Geral da República, entre outros convidados, devem discutir hoje, em audiência, as divergências entre o Executivo e a corte responsável pela fiscalização dos gastos públicos. Um dos autores do requerimento para realização do debate, o senador

Pedro Simon observou que o governo está em “confronto aberto” com o TCU. Lembrou que o próprio presidente Lula sugeriu uma reunião com parlamentares, empresários e integrantes do tribunal e do governo para debater a matéria. A audiência é uma realização conjunta de duas comissões do Senado. **4**

Cristovam cobra de Lula proposta ousada sobre clima

Cristovam Buarque sugeriu que o presidente Lula dê exemplo aos países desenvolvidos. Afirmou que o Brasil deverá levar a Copenhague uma proposta alternativa de modelo de desenvolvimento econômico que garanta a sobrevivência das atuais e das futuras gerações. **7**

Papaléo: governo afeta produção de remédio genérico

Senador defende realização de audiência para debater decisão do governo federal que acaba com a anuência prévia da Anvisa para os pedidos de patentes de medicamentos em análise no Inpi. Segundo Papaléo Paes, mudança beneficia laboratórios multinacionais. **8**



Demostenes Torres (ao centro, entre Alvaro Dias e Antonio Carlos Júnior): parecer favorável à mudança na progressão da pena

Proposta autoriza repasse à conta única do Tesouro Nacional, reforçando caixa do governo em tempo de crise



Medida, na pauta do Plenário, inclui os depósitos de natureza não tributária

MP transfere depósitos judiciais para a Caixa

A CAIXA ECONÔMICA Federal deverá concentrar todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais que estão em outros bancos. É o que prevê o Projeto de Lei de Conversão 17/09, proveniente da Medida Provisória 468/09, que está na pauta da sessão deliberativa de hoje. O PLV está trancando a pauta do Plenário e tem prioridade de votação.

De acordo com o PLV, após receber os valores, a Caixa deverá repassá-los para a conta única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 180 dias, a contar da publicação da medida. A principal mudança feita pelos deputados na MP original determina que também devem ser transferidos à Caixa valores de natureza não tributária, relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados a ações na Justiça contra a União. Essa transferência será feita, conforme o projeto, de acordo com cronograma fixado por ato do ministro da Fazenda.

Também deverão ser transferidos à Caixa depósitos relativos a ações contra fundos públicos, autarquias, fundações públicas e entidades federais que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social. A regra estabelecida pelo PLV deverá ser aplicada aos valores de natureza tributária e não tributária, independente da data dos depósitos feitos em outros bancos.

Crise financeira

A mudança feita na Câmara, cujo relatório é assinado pelo deputado Marçal Filho (PMDB-MS), dá maior abrangência à proposta do Executivo e deverá reforçar as contas da União, cuja arrecadação diminuiu cerca de 11% este ano devido à crise financeira internacional e à concessão de estímulos fiscais para setores da economia. Segundo Marçal Filho, há cerca de 400 mil depósitos em bancos distintos que deverão ser transferidos ao Tesouro, conforme as regras estabelecidas pela medida aprovada.

Pelo PLV, os juros dos depósitos a serem transferidos deverão ser calculados à taxa originalmente devida até a data

da transferência à conta única do Tesouro Nacional. Após essa transferência, os juros dos depósitos serão calculados conforme o que estabelece a Lei 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física. Tais juros deverão ser equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição; e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Penalidades

O descumprimento da transferência obrigatória dos valores à Caixa, conforme o PLV, será punido de acordo com o que estabelece a Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Entre as penalidades previstas na legislação para instituições financeiras e seus administradores estão: advertência; multa pecuniária variável; suspensão do exercício de cargos; inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras; cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas; e detenção.

A Lei 9.703/98 já determina que a Caixa receba depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a tributos e contribuições federais que estão em outras instituições financeiras. Mas tal legislação obrigou somente a transferência de depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998, data de sua regulamentação. O governo constatou ainda que, com o decorrer do tempo, as transferências deixaram de ser feitas.

De acordo com o Executivo, a medida visa disciplinar o assunto, em face da constatação de que há valores de depósitos judiciais feitos por instituições financeiras que não foram repassados à Caixa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão especial lembra Serviço Geológico do Brasil

Sessão especial, às 10h, lembrará os 40 anos de fundação do Serviço Geológico do Brasil. Às 14h, inicia-se a sessão deliberativa. A pauta está trancada pela MP 468/09, que trata da transferência de depósitos judiciais de tributos para a Caixa Econômica Federal.

Sarney recebe hoje Samuel Pinheiro Guimarães

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 10h30, o advogado-geral substituto da União, Evandro Costa Gama; às 11h recebe o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Samuel Pinheiro Guimarães; e às 11h30, o ministro de Transportes

e Comunicações do Peru, Enrique Cornejo. Às 12h, encontra-se com o diretor do jornal *Brasil Econômico*, Nuno Vasconcellos; às 16h preside a ordem do dia do Plenário; e às 16h30 participa de sessão solene do Congresso destinada a receber o presidente de Israel, Shimon Peres.

Reunião deliberativa da CMO às 14h30

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião, às 14h30, no Plenário 2 da Câmara.

Shimon Peres no Congresso Nacional

O Congresso Nacional realiza sessão solene, às 16h30, para receber o presidente de Israel, Shimon Peres.

Emissão de gases na exploração do pré-sal

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) examina, às 14h30, mecanismos de compensação pela emissão de gases do efeito estufa na extração do petróleo do pré-sal. Serão ouvidos representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e de Minas e Energia e da Petrobras.

Em debate, divergência sobre fiscalização

Audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 10h30, vai debater as divergências entre o TCU e o Poder Executivo federal nas ações de fiscalização de obras públicas.

Uma história da história da América Latina

Às 18h, será aberta, na Biblioteca Luiz Viana Filho, a exposição *Recortes Artesanais – Uma Pequena História da História da América Latina*.

CDH debate a saúde do trabalhador

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência sobre a saúde do trabalhador na indústria de alimentos. Entre os convidados estão os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Previdência Social, José Pimentel.

O setor cacauero em discussão na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 10h, audiência pública para discutir os problemas do setor cacauero e a evolução das ações e dos resultados do PAC do Cacau. Foram convidados, entre outros, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

CPI ouve o presidente da Petrobras

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve, a partir das 14h, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli.

Na CE, o 14º salário para o professor

Projeto de lei que cria o 14º salário dos profissionais da educação da rede pública consta da pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h.

CAS: projeto regulamenta a profissão de taxista

Com 60 itens na pauta, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, às 9h, projeto que autoriza o trabalhador com mais de 65 anos a movimentar sua conta vinculada no FGTS. Também em análise o projeto que regulamenta a profissão de taxista e a proposta que determina a distribuição de medicamentos de uso contínuo pelo SUS.

CAE vota projeto de parcelamento do Dpvt

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h. Entre os 16 itens da pauta está o projeto que permite o parcelamento do pagamento do Dpvt. Outra proposta prevê a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico.

Senado encerra recadastramento de servidores

O Senado concluiu na última sexta-feira o recadastramento dos seus servidores. De um total de 6.279, 26 não se recadastraram. Destes, 14 são efetivos e 12, comissionados. Em relação a oito dos que não se recadastraram, a Casa já conseguiu apurar o que ocorreu: um efetivo abandonou o cargo e já está fora da folha de pagamento; dois estão cedidos ao Executivo; e um, licenciado para cumprir mandato eletivo; quatro comissionados já foram exonerados. Os 18 restantes deverão ser submetidos a processo disciplinar, que poderá resultar em demissão. Eles já tiveram seus salários suspensos.

O recadastramento anual tem a finalidade de atualizar os dados pessoais, funcionais e de dependentes dos servidores, bem como de outras informações importantes para a administração. O objetivo é formar uma base de dados única e integrada do Senado que pode balizar a definição de políticas de gestão de pessoal.

Congresso promulga três emendas amanhã

O Congresso Nacional promulgará amanhã três emendas constitucionais. Uma delas amplia os recursos destinados à educação, outra transfere para a União os servidores do antigo território de Rondônia e a terceira determina que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) seja membro nato e presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Emenda 59, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição 87-A/03, da senadora Fátima Cleide (PT-RO), que transfere para o quadro da União os servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia, será promulgada em sessão solene às 10h30, no Plenário do Senado. No mesmo dia, mas em outra sessão marcada para as 11h30, também no Plenário do Senado, serão promulgadas a Emenda Constitucional 60 (PEC 96-A/03), de iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que exclui do cálculo da Desvinculação de Receitas da União (DRU) os recursos destinados à educação; e a Emenda Constitucional 61 (PEC 324/09), do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que faz do presidente do STF o presidente do CNJ.



Alvaro anuncia ainda que PSDB e DEM vão se definir sobre CPI da Petrobras

Alvaro: Lula e Chávez afrontam a democracia

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o presidente Lula, que, em discurso no fim de semana durante o 12º Congresso do PCdoB, em São Paulo, disse sentir “pena” dos tucanos por eles planejarem um programa de treinamento de cabos eleitorais no Nordeste do Brasil com vistas às eleições de 2010.

“É um pouco o que o Hitler fazia, para que os alemães pegassem os judeus. Ou seja, vamos treinar gente para não permitir que eles sobrevivam”, disse Lula, em referência ao ditador nazista alemão, Adolf Hitler, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Lula reagiu às críticas do sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em artigo publicado em vários veículos de comunicação no fim de semana anterior. No texto, FHC disse verificar no governo Lula uma espécie de autoritarismo popular.

– Não podemos aceitar passivamente que o presidente ofereça a cada dia lições que deveriam ser repudiadas pelos que acreditam no regime democrático – disse o senador.

Venezuela

Alvaro criticou o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que, em meio à tensão daquele país com a Colômbia, pediu aos seus soldados que se preparem para a guerra a fim de garantir a paz.

O senador lembrou que o Plenário do Senado pode deliberar amanhã sobre o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul e disse que, a seu ver, o Congresso deveria sobrestar a decisão “até que a democracia voltasse à plenitude no país”.

CPI da Petrobras

Alvaro anunciou que, hoje, PSDB e DEM concederão uma entrevista coletiva em que anunciarão decisão conjunta quanto à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Na última semana, os membros da oposição abandonaram a reunião da CPI em que prestaria depoimento o gerente da Petrobras Erardo Gomes Barbosa, substituído à última hora por outros funcionários da estatal.

Na ocasião, Alvaro Dias protestou contra a forma como os trabalhos da comissão vêm sendo conduzidos, com arquivamento sumário pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), de todos os requerimentos apresentados por PSDB e DEM. Os membros da oposição disseram que “a CPI é uma farsa”.

Presidente do Senado afirma que comentário do líder venezuelano sobre possível guerra com a Colômbia não afeta o exame pela Casa da adesão da Venezuela ao Mercosul, mas votação esta semana depende de reunião de líderes

Sarney: declaração de Hugo Chávez é “despropositada”

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, classificou como “despropositada” e “absoluta insensatez” a declaração do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sobre a possibilidade de guerra entre seu país e a Colômbia. Para ele, no entanto, a fala de Chávez não deve afetar o exame da adesão da Venezuela ao Mercosul, que está na pauta do Senado.

– Acho que [a declaração] é tão despropositada que dificilmente será levada em consideração – disse.

No domingo, o presidente da Venezuela disse no rádio e na TV que a população e o Exército devem se preparar para a guerra como forma de garantir a paz e citou a Colômbia e os Estados Unidos como possíveis agressores.

Sarney afirmou que “não há vislumbre de qualquer hipótese de guerra no continente” e que possíveis atritos entre os vizinhos do Brasil deverão ser resolvidos pelos organismos internacionais competentes.

O presidente do Senado acres-



Sarney: opinião contrária à entrada da Venezuela

centou que ainda não há absoluta certeza de que a votação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul ocorrerá nesta semana em Plenário. Ele ressaltou que é preciso reunir os líderes para definir os itens que serão votados.

Sarney reiterou que é contrário ao ingresso da Venezuela no Mercosul, por considerar que o país não vive plenamente o regime democrático, o que contraria as regras do bloco.

Disputa entre governo e oposição sobre Venezuela deve ser acirrada

Na semana passada, um acordo de líderes transferiu para esta semana a votação pelo Plenário do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. A entrada do país vizinho no bloco formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no dia 29, por 12 votos a 5. O voto contrário, apresentado pelo relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), foi rejeitado por 11 votos a 6, com 1 abstenção. Em seguida, foi aprovado voto em separado apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

Apesar da polêmica em torno do tema – a discussão na CRE durou mais de três horas –, Jucá mostrou-se otimista quanto à aprovação da entrada do país no bloco.

– Vamos votar e aprovar – disse.

Já os representantes da oposição preveem um debate acir-

rado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o ingresso da Venezuela no Mercosul pode mergulhar o bloco numa crise terminal, já que os embates políticos do presidente daquele país, Hugo Chávez, com países como os Estados Unidos poderiam travar os interesses econômicos dos demais membros do bloco.

– Talvez seja o momento de recomeçarmos simplesmente como área de livre comércio, sem envolvimento político. O Mercosul não pode se tornar um ônus para o Brasil – assinalou.

Para a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, a entrada da Venezuela no Mercosul só fará tornar o bloco mais forte. Ela disse que a discordância de alguns parlamentares diante de questões de política interna da Venezuela não podem se sobrepor nesse momento.

– Um bloco econômico é algo que ultrapassa quem está no governo – opinou a senadora.



Líder do governo no Senado, Jucá manifesta confiança na aprovação



Para Virgílio, líder do PSDB, Chávez trará problemas políticos ao Mercosul

Senador reverencia Bevilácqua

José Sarney (PMDB-AP) lembrou ontem os 150 anos de nascimento do jurista Clóvis Bevilácqua. Na última semana, o Congresso Nacional realizou sessão solene em homenagem a ele, destacando seu papel na história do Direito brasileiro. Bevilácqua, que nasceu em 4 de outubro de 1859 e faleceu em 1944, aos 84 anos, foi responsável pela elaboração do Código Civil que vigorou de 1916 a 2002, e por mais de 30 obras.

Em seu pronunciamento, José Sarney destacou a vida franciscana de Bevilácqua e de sua esposa, dona Amélia, no Rio de Janeiro, onde era reverenciado por estudantes e profissionais de Direito, acadêmicos e amigos. Nascido no Ceará e professor da Universidade Federal do Recife, o jurista passou na capital fluminense, de acordo com o senador, a parte mais significativa de sua vida.

Sarney também destacou o desapego de Bevilácqua pelos bens materiais.

– Clóvis Bevilácqua tinha como característica um grande desapego pelo dinheiro. Seus pareceres, que podiam ser dados por amizade, custavam no máximo um conto de réis, decidindo às vezes causas de milhões e milhões de contos – disse.

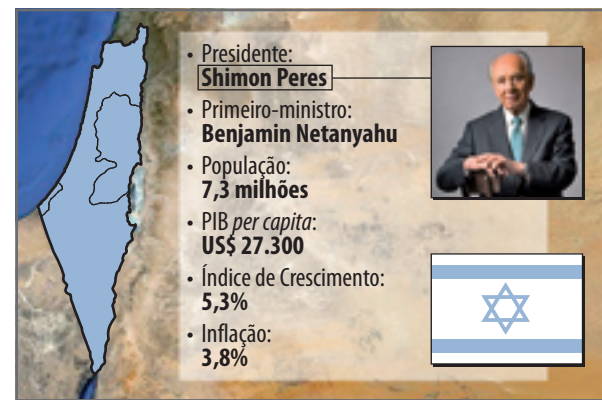
Sarney também contou que, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Bevilácqua renunciou à “condição de imortal” quando sua esposa, que possuía vasta produção intelectual, teve sua candidatura a uma cadeira recusada sob o argumento de que o regimento da ABL não permitia a participação de mulheres.

O projeto do Código Civil, prosseguiu o senador, encomendado pelo então presidente Epitácio Pessoa, foi entregue por Bevilácqua em seis meses e superou as obras iniciadas por Teixeira de Freitas e Nabuco de Araújo. Sarney contou que o jurista atravessou com serenidade o período de intensas críticas que se seguiram.

– Ser o autor do Código Civil, esse monumento que, por tantos anos, iluminou o Direito brasileiro não alterou a rotina do professor e do jurisconsulto. Não alterou, sobretudo, a sua trajetória humana, a grande figura humana que ele foi.

Estado de Israel

Há 20 anos, só havia cinco empresas israelenses com representação no Brasil. Hoje são cerca de 150, sendo a maioria de alta tecnologia



Fonte: Embaixada de Israel

Shimon Peres, presidente de Israel, visita hoje o Congresso

O Congresso Nacional fará sessão solene hoje, às 16h30, no Plenário do Senado, para recepcionar o presidente de Israel, Shimon Peres. Peres visita o Brasil e a Argentina em missão de Estado. Um dos temas de destaque a ser tratado por ele é a aproximação do Irã com a América Latina. O Irã é considerado o pior inimigo de Israel.

O presidente de Israel vem acompanhado nessa viagem de 40 empresários, com o objetivo de buscar oportunidades de negócios para incrementar o comércio e os investimentos entre os países. A comitiva ficará no Brasil até sábado e seguirá para a Argentina no

domingo.

Peres foi eleito presidente em 13 de junho de 2007 e tomou posse em 15 de julho daquele ano. Foi ainda, por duas vezes, premiê – entre 1984 e 1986 e de 1995 a 1996 – e três vezes líder do Partido Trabalhista de Israel.

Em 1993, ganhou projeção mundial como ministro das Relações Exteriores, por sua atuação na negociação de um acordo de paz com Yasser Arafat, na época presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Os esforços de Peres e Arafat, junto com o premiê israelense na época, Yitzhak Rabin, renderam-lhes o prêmio Nobel da Paz, em 1994.



Rosalba, presidente da comissão, pede esforço especial para votações

CAS faz mutirão para votar projetos terminativos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, a partir das 9h, reunião especial destinada a votar projetos terminativos em pauta no colegiado. Constam da agenda 55 propostas que devem ter votação concluída, além de outras cinco que serão ainda examinadas por outras comissões.

– Como o ano está terminando, é preciso fazer um esforço especial para, em regime de mutirão, avançar nas votações da pauta. São projetos importantes nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social e meio ambiente – explicou Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS.

Entre os itens terminativos está o PLS 322/06, de Demostenes Torres (DEM-GO), que permite ao trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos movimentar sua conta no FGTS. O relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG) explica que a legislação em vigor já autoriza o trabalhador, ao completar 70 anos, a sacar os recursos de sua conta do fundo. Para Azeredo, que apresentou voto favorável à matéria, essa é uma idade muito elevada para os padrões brasileiros, sendo necessário modificar a lei para permitir o saque dos recursos mais cedo, aos 65 anos, como propõe Demostenes.

Crianças

Outra proposta (PLS 227/08) beneficia crianças e adolescentes, ao definir práticas preventivas e outras normas para o atendimento médico desse segmento da população, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto, de Patrícia Saboya (PDT-CE), define normas para garantir qualidade no diagnóstico e no tratamento médico de crianças e adolescentes, bem como garantia de recuperação plena, seja em consultas ambulatoriais, em regime de pronto atendimento ou internação hospitalar.

Em seu parecer favorável, Rosalba Ciarlini acatou substitutivo de Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que assegura atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes no SUS, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e do processo normal de crescimento e desenvolvimento, mediante intervenções educativas, preventivas, diagnósticas e terapêuticas.

Participarão da discussão sobre a controvérsia entre o TCU e o Executivo o ministro do Planejamento, o presidente do tribunal e o procurador-geral da República, entre outros

Divergência sobre obras gera debate em audiência pública

AS DIVERGÊNCIAS ENTRE o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Poder Executivo federal em torno da execução de obras públicas serão debatidas hoje, às 10h30, em audiência conjunta, pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os requerimentos para a realização da audiência foram apresentados pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), na CCJ, e Renato Casagrande (PSB-ES) na CMA, comissão que preside.

Na justificativa de seu requerimento, Simon afirma que “o governo está num confronto aberto com o Tribunal de Contas da União”. O senador lembra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a Lei de Licitações atrapalha as obras e propôs uma reunião com parlamentares, empresários e integrantes do TCU e do governo para debater a matéria.

O parlamentar gaúcho disse ter sido ele o autor do texto-substitutivo ao projeto que instituiu a Lei das Licitações



Simon: “O TCU era acusado de não fiscalizar, de facilitar o erro”

(8.666/93), aprovado no Senado e depois pela Câmara, “que geralmente não aprova o que sai do Senado”. Observou ter sido o PT o partido que mais colaborou para a aprovação da matéria. De acordo com Pedro Simon, “o PT, naquela época, era um apaixonado defensor da ética, da seriedade e do controle dos gastos públicos”.

Ele lembra ainda que o TCU anteriormente era acusado de não fiscalizar, de facilitar o erro. “Agora, a discussão é no sentido de que o Tribunal de Contas está



Casagrande preside a CMA, que fará a audiência em conjunto com a CCJ

entravando, impedindo a obra”, comentou Simon.

Foram convidados para o debate o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar; o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos; o presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, César Augusto Pinto Motta; e o diretor-executivo da organização não governamental Transparência Brasil, Cláudio Werner Abramo.

Alô Senado: mais de 1 milhão de mensagens no ano

A Central de Relacionamento com o Cidadão do Senado Federal, Alô Senado, já ultrapassou a marca de 1 milhão de mensagens recebidas em 2009, segundo balanço feito em outubro pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública (Sepop).

Canal de comunicação gratuito entre os cidadãos e a Casa, o Alô Senado presta informações e serviços à população e recebe mensagens e sugestões para serem encaminhadas aos parlamentares e aos espaços cedidos aos usuários pelos veículos de comunicação da instituição.

Em 2008, foram 684.169 mensagens recebidas até o encerramento das atividades parlamentares. Em 2009, já são contabilizadas 1.167.627 mensagens recebidas.

As mensagens contêm comentários ou questionamentos sobre o Senado, os projetos em tramitação e a atuação dos senadores. Dentre as propostas mais comentadas este ano estão o PLC 122/06, que especifica os crimes de discriminação, e a PEC 28/09,



Central de relacionamento da Casa presta informações e serviços ao cidadão

que trata da dissolubilidade do casamento civil.

Segundo a diretora da Sepop, Ana Lucia Novelli, o aumento no volume de mensagens recebidas pelo Alô Senado deve-se à participação contínua da população na atividade política e ao maior interesse pela atuação parlamentar. Ela acredita que o cidadão tem adquirido mais consciência do reflexo no dia a dia das decisões do Congresso.

– É necessário ter mecanis-

mos para aproximar o cidadão dos parlamentares, sem que esse vínculo seja apenas a cada quatro anos, em período eleitoral. A população está atenta ao que ocorre no Congresso e como as decisões interferem no cotidiano.

Para entrar em contato com o Alô Senado basta ligar 0800-61-2211, de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. O serviço também está disponível em tempo integral via internet.

Atuação de empresas de telecomunicações em análise na CCT

Às 8h30 de amanhã, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado discute, em audiência pública, a aplicação de sanções administrativas contras empresas de telecomunicações que não obedecem as normas fixadas pela lei para os serviços de atendimento ao consumidor. Requerida por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a audiência visa averiguar o cumprimento dos direitos básicos do consumidor de obter informação adequada e clara sobre os serviços

que contrata e de manter-se protegido contra práticas abusivas ou ilegais dos fornecedores desses serviços. Na avaliação de Zambiasi, tudo indica que o decreto que disciplina esses serviços não propiciou a melhoria do atendimento oferecido.

– Todos os dias, ficamos sabendo de problemas devido ao mau atendimento que as empresas de telefonia estão prestando aos seus clientes – disse o parlamentar.

A audiência debaterá as ações civis públicas que tutelam os

direitos dos consumidores e o papel dos órgãos reguladores. Foram convidados para o debate Ana Luiza Valadares Ribeiro, procuradora da Anatel; Marcelo Barros Cunha, diretor da Secretaria de Fiscalização de Desestatização do TCU; Mariana Tavares de Araújo, secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Aurélio Virgílio Veiga Rios, subprocurador-geral da República; e Fábio Medina Osório, presidente do Instituto Internacional de Estudos de Direito do Estado.

Regulamentação da profissão de comerciante

A regulamentação da profissão de comerciante, que reúne mais de 10 milhões de pessoas em todo o país, será debatida em audiência prevista para amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Entre os problemas enfrentados pelos trabalhadores do comércio estão o baixo piso salarial, a carga horária elevada e o cumprimento de jornada de trabalho aos domingos e feriados.

A audiência visa orientar a votação de dois projetos que tramitam em conjunto na CAS (PLSs 115/07 e 152/07), dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS). A previsão é que até o final do ano as matérias sejam votadas pela CAS. Estão convidados para o debate diversos representantes de centrais sindicais, além do presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina, Francisco Alano.

O projeto de Paulo Paim fixa em três salários mínimos o piso salarial nacional da categoria e determina, entre outros aspectos, que nenhum funcionário poderá ser utilizado em mais de um turno por dia. A proposta também reduz para seis horas diárias a jornada de trabalho.

CDH discute saúde de quem trabalha com alimentos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará, hoje, a partir das 9h, audiência pública com autoridades, especialistas e líderes sindicais para discutir a saúde do trabalhador na indústria de alimentos. O debate foi proposto por Paulo Paim (PT-RS).

Entre os convidados para a reunião estão os ministros da Saúde, José Gomes Temporão, e da Previdência Social, José Pimentel. Também devem comparecer Remígio Todeschini, da Diretoria de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, e o procurador do Trabalho de Santa Catarina Sandro Sarda. Da área sindical, entre outros, foi convidado o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Artur Bueno de Camargo.



Para Zambiasi, consumidor deve ser protegido de práticas abusivas e ilegais



José Nery participa, em Belém, da entrega de livros para deficientes visuais

José Nery vai propor legislação para facilitar acesso ao braile

“Esse pequeno gesto, que é a entrega de publicações em braile para entidades que prestam apoio ao portador de deficiência visual, demonstra, de forma concreta, o compromisso do Senado com o resgate da cidadania e com a inclusão das minorias.” O comentário foi feito por José Nery (PSOL-PA) durante a 13ª Feira Pan-Amazônica do Livro, instantes antes de ele repassar a representantes da Biblioteca Pública Arthur Vianna exemplares em braile da Constituição do estado do Pará e da Constituição federal. O senador anunciou que estudará a elaboração de projeto que aumente a oferta de livros para cegos e pessoas de baixa visão no Brasil.

Uma das alternativas seria tornar obrigatória a oferta, pelas editoras, de livro acessível aos cegos. Ou estabelecer prazos para o fornecimento do livro, a contar da data de sua

solicitação pelo portador de deficiência visual. José Nery explicou que tomou a iniciativa de se debruçar sobre o tema ao ouvir reivindicação da equipe da Biblioteca Arthur Vianna, que recebeu o kit braile do Senado na Feira Pan-Amazônica do Livro, que vai até o próximo domingo, 15 de novembro.

MP3

José Nery também prometeu trabalhar politicamente dentro do Senado para que as obras do conselho editorial sejam digitalizadas e disponibilizadas em MP3, atendendo outro pedido dos portadores de deficiência visual do Pará e de outros estados.

O senador observou que a medida contribuirá para o estudo, a socialização da informação e do conhecimento e, sobretudo, para facilitar o aprendizado dos cegos e portadores de baixa visão.

Senado deverá lançar *Auto da Compadecida* em braile

A peça *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, considerada um dos textos mais populares do moderno teatro brasileiro, deverá ser a primeira publicação da nova coleção braile do Senado Federal.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Florian Coutinho Madruga, anunciou a novidade durante a entrega de exemplares da Constituição de 1998 e da Constituição do estado do Pará a entidades que prestam apoio a portadores de deficiência visual residentes na Grande Belém.

O evento, com a presença de José Nery (PSOL-PA), ocorreu na noite da sexta-feira, no estande do Senado instalado na 13ª Feira Pan-Amazônica do Livro, que prossegue até domingo.

Superação

“Ao comercializar suas obras a preços acessíveis, o Senado Federal contribui para superar a principal dificuldade que a juventude brasileira enfrenta ao tentar desenvolver o hábito da leitura: o valor alto que as livrarias tradicionais cobram por cada livro.” Ao fazer esse comentário durante visita ao estande do Senado instalado na 13ª Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também elogiou a quantidade de publicações disponibilizada pela instituição.

Flexa Ribeiro manifestou o seu orgulho, como senador, ao ver o Senado participar do principal evento literário do seu estado.



Flexa Ribeiro (C) e Florian Madruga (D) conversam com expositor

Especialistas ouvidos pela Comissão de Infraestrutura ressaltam apenas a necessidade de a empresa fornecer ao mercado mais dados antes de iniciar a venda de ações

Debate aponta facilidade da Petrobras para se capitalizar

A PETROBRAS NÃO terá dificuldades para fechar sua operação de capitalização, que garantirá recursos do governo federal e de acionistas para sustentar investimentos, especialmente na área do pré-sal da bacia de Santos. A opinião é de especialistas ouvidos na noite de ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL). Entretanto, eles entendem que a empresa deverá fornecer mais informações ao mercado antes da venda das ações. Esse foi o 4º painel convocado pela comissão para discutir o marco regulatório do pré-sal.

– Na dúvida, o mercado obviamente não oferecerá os preços mais elevados. O mercado ainda nem sabe sequer qual será o critério a ser usado na emissão das ações. Não sabe se será pelo preço médio nem se haverá prêmio – observou a engenheira de produção Paula Kovarsky, que lidera a área de Análise de Petróleo e Petroquímicos no Itaú Securities.

O economista Eduardo Teixeira, ex-presidente da Petrobras, explicou que a capitalização busca dar suporte aos investimentos que a estatal fará até 2013 e que exigirão US\$ 174,4 bilhões, sendo US\$ 28,9 bilhões para o pré-sal. Ele ponderou que a atual capitalização se dá em situação totalmente diferente da ocorrida no passado, quando se buscava garantir investimentos para que a empresa tentasse encontrar petróleo. Agora, ressaltou, a situação é diferente, pois a Petrobras “se tornou uma noiva muito brindada” com as descobertas do pré-sal.

– Os investidores têm um



Helder Queiroz Jr. (E), Paula Kovarsky, Fernando Collor e Eduardo Teixeira na CI

grande apetite em relação à Petrobras e ao pré-sal. Eles sabem que a empresa é hoje a mais reconhecida no mundo em águas profundas e a taxa de sucesso nas perfurações na bacia de Santos é extraordinária. Não é de 100%, como se tem falado, mas pouco superior a 70% – sustentou Eduardo Teixeira.

Partilha

Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou como o mercado está vendo a mudança, prevista na nova lei, de concessão de exploração para partilha da produção.

Helder Queiroz Pinto Junior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que não vê diferença nos dois sistemas e que as multinacionais do setor trabalham com os dois modelos no mundo.

No entendimento do professor, o governo optou pela partilha e pela exigência de que a Petrobras participe de todas as explorações por temer que a estatal viesse a perder áreas adjacentes ao campo de Tupi.

Ele explicou que geólogos acreditam que essas áreas próximas sejam uma extensão de Tupi. Ou seja, multinacionais poderiam ficar próximas de Tupi explorando uma mesma reserva.

Já Ernani Torres, superintendente de Pesquisas Econômicas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ressaltou a importância do pré-sal para o país, lembrando que a Petrobras ocupa a 11ª posição entre as produtoras de petróleo do mundo. Se a produção da estatal brasileira de 4,3 milhões de barris/dia, prevista para 2020, fosse antecipada para hoje, a empresa pularia para a 3ª posição, observou.

Ao final, Fernando Collor afirmou que a Petrobras tem de se capitalizar. E disse acreditar que a empresa oferecerá ao mercado as informações para que os investidores se sintam mais seguros. A série de audiências foi elaborada por um grupo de trabalho composto pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gim Argello (PTB-DF).

Casagrande anuncia mobilização de produtores

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou ontem que as bancadas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados e no Senado estão buscando um acordo para redefinir o modelo de partilha dos royalties no estabelecimento do marco regulatório para a exploração de petróleo na camada pré-sal. Ele lembrou que o artigo 20 da Constituição estabelece que

os estados produtores de petróleo tenham um tratamento diferenciado na distribuição dos royalties.

Esse tratamento diferenciado, ressaltou o senador, deve-se ao fato de os estados produtores ficarem com o ônus da exploração, tais como pressão na infraestrutura urbana, poluição e danos ambientais. Da forma como está, explicou, a proposta

do marco regulatório retira esse tratamento diferenciado e, embora os estados produtores não percam, “deixam de ganhar”.

Casagrande informou que os estados produtores estão apenas buscando uma alternativa que possa reduzir os seus prejuízos no futuro: “Estamos tirando da parte da União. Já há uma concentração tributária muito grande na União”.

Comissão discute hoje crise na produção de cacau

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate hoje os problemas do setor cacauzeiro, especialmente na Bahia, e a evolução do PAC do Cacau – Plano de Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio na Região Cacauzeira do Estado da Bahia. Para a audiência pública, solicitada pelo senador César Borges (PR-BA), foi convidado o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Também deverão participar

do debate o diretor da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac), Jay Wallace da Silva Mota; o superintendente da Ceplac Regional da Bahia e Espírito Santo, Antônio Zózimo de Matos Costa; o presidente do Sindicato Rural de Ilhéus e secretário de Agricultura do município, Isidoro Lavigne Gesteira; o presidente da Associação dos Produtores de Cacau (Apcacau), Henrique Almeida; e o produtor Guilherme Galvão de Oliveira Pinto. Esses três últimos nomes

foram sugeridos em requerimento assinado por César Borges e Romeu Tuma (PTB-SP).

Em discurso no dia 2 de setembro, César Borges voltou a pedir uma solução para o setor cacauzeiro na Bahia. O parlamentar registrou que a crise, que envolve questões como a infestação da lavoura pela praga vassoura-de-bruxa e o endividamento dos produtores, afeta uma região com mais de cem municípios, nos quais vivem cerca de três milhões de pessoas.

Se aprovada em segundo turno pela CCJ, proposta seguirá imediatamente ao exame da Câmara, caso não haja recurso para votação pelo Plenário

Mais tempo de cadeia a autor de crime hediondo

APROVADA EM PRIMEIRO turno na última quarta-feira, a proposta que exige mais tempo para a progressão de pena – inclusive nos casos de crimes hediondos – passará amanhã por mais uma votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A progressão de pena permite ao preso, após ele ter iniciado a sentença em regime fechado, passar ao regime semiaberto e, depois, ao aberto. Para obter o benefício, o condenado deve atender a vários requisitos, como o bom comportamento.

O substitutivo em votação, elaborado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), surgiu de dois projetos: o PLS 30/08, de autoria da senadora Kátia

Abreu (DEM-TO), que torna mais difícil a progressão para os condenados por crimes hediondos (como o estupro), além de tortura, tráfico ilícito de drogas e terrorismo; e o PLS 421/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que também dificulta a progressão (mas não se limita aos casos de crimes hediondos) e, além disso, torna mais rigorosa a concessão do livramento condicional.

Também presidente da CCJ, Demostenes Torres recomendou a aprovação do projeto de Kátia Abreu, com algumas modificações. Mas o relator incorporou parte das sugestões de Antônio Carlos Valadares, “por dispor sobre a matéria de modo mais

amplo”.

O tempo exigido para a progressão de pena varia conforme o caso. Por isso, o substitutivo prevê diferentes períodos para cada situação. Por exemplo, quando o preso é réu primário condenado por crime hediondo, a lei atual exige que ele cumpra dois quintos da pena para passar do regime fechado para o semi-aberto; já o substitutivo exige que, para o mesmo caso, seja cumprida metade da pena.

A proposta tramita na comissão em caráter terminativo, e, se aprovada, será enviada diretamente à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação pelo Plenário da Senado Federal.



Demostenes Torres, que preside a Comissão de Justiça, é o relator

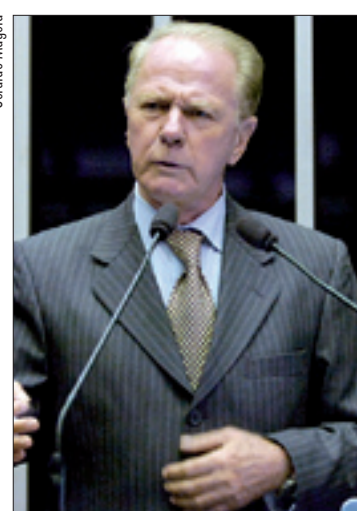
CCJ examina volta da prisão para usuário de droga

Em sua reunião de amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar, em decisão terminativa, projeto de lei que restabelece a pena privativa de liberdade nos casos de aquisição ou posse de drogas para consumo pessoal. A matéria (PLS 227/09), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), estava na pauta da reunião de 21 de outubro, mas foi concedida vista ao senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

A proposta altera o artigo 28 da Lei 11.343/06 – que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas (Sisnad) –, estabelecendo pena de prisão de seis meses a um ano ao usuário de drogas, permitida a substituição por pena restritiva de direitos, conforme o Código Penal. Determina ainda que a pena de prestação de serviço à comunidade, aplicada substitutivamente, deverá ser cumprida juntamente com medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Tráfico

Camata argumenta, na justificativa do projeto, que “o usuário de droga é o ponto nevrálgico de toda a engenharia social que leva do tráfico à queda da riqueza do país (com a queda da produtividade no trabalho, o custo dos tratamentos, o custo da violência, o custo para as famílias etc).” Por isso, o senador entende que o usuário não pode ter a sua conduta “simplesmen-



Camata: “Usuário não pode ter conduta simplesmente descriminalizada”

te descriminalizada”.

Camata sustenta que a lei precisa aumentar o custo da ação de consumo para o usuário de drogas. Por isso, explica, o projeto preserva a “ideia-base” hoje em vigor, que privilegia o serviço à comunidade e o comparecimento a curso educativo, mas inserida no sistema do Código Penal de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, “o que mantém o rigor da medida punitiva”.

O relator inicial do projeto, Almeida Lima (PMDB-SE), apresentou voto pela aprovação. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) foi nomeado relator *ad hoc*. Em seu relatório, Almeida Lima sustenta que a proposição é conveniente e oportuna: “Por um lado, na prática, a pena

aplicada à posse de droga para consumo pessoal será restritiva de direito, por substituição à privativa de liberdade, de forma que se mantém, nesse ponto, o

espírito da nova lei antidrogas. Por outro, insere a cominação de pena privativa de liberdade, que, sem dúvida, é mais eficiente para a prevenção geral do crime”.

Lei atual prevê medidas educativas

O artigo 28 da Lei 11.343/06 estabelece que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização será submetido às penas de advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; e medida educativa de comparecimento a programa educativo. Também será submetido às mesmas medidas quem, para consumo pessoal, cultiva plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância que cause dependência física ou psíquica.

Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida; ao local e às condições em que se desenvolveu a ação; às circunstâncias sociais e pessoais; e à conduta e aos antecedentes do usuário.

Tanto a pena de prestação de serviços à comunidade como a que estabelece me-

didada educativa de comparecimento a programa educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses. Em caso de reincidência, as penas serão aplicadas pelo prazo máximo de dez meses.

A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais e hospitais, públicos e privados, sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

O juiz poderá ainda submeter sucessivamente à admoestação verbal e ao pagamento de multa quem injustificadamente se recusar ao cumprimento das medidas educativas. Também poderá determinar ao poder público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

Senado celebrará a Proclamação da República

O Senado comemora, no horário do expediente da sessão plenária de quinta-feira, às 14h, os 120 anos da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889 e liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca. Requerimento para a homenagem é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que pretende promover no Legislativo uma reflexão sobre o que foi feito nesses 120 anos para transformar o Brasil de um Império em uma República, tarefa, segundo ele, inconclusa.

– Ainda não conseguimos construir uma República. Ainda não conseguimos transformar os súditos da coroa em cidadãos da República. Ainda não conseguimos dar oportunidades iguais a todos, o que é uma condição fundamental da República.

Para o senador, a data é uma das três mais importantes do país, ao lado da Independência e da Abolição da Escravatura. A Proclamação da República representou o fim da monarquia e a deposição do imperador dom Pedro II. Com a vitória do movimento republicano, um governo provisório assumiu o poder, dando início ao novo regime, inspirado no modelo federalista norte-americano.

A primeira Constituição republicana, que criou o sistema presidencialista, foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marco Maciel • Sadi Cassol • Papaléo Paes • Geraldo Mesquita Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Deterioração da estrada é rápida, alerta Valdir Raupp

Raupp quer restauração da BR-364

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu o início imediato de obras de restauração na BR-364, que corta seu estado. Citando matéria publicada pela revista *CrediSis & Negócios*, Raupp chamou a atenção para a velocidade de deterioração da estrada, em função do aumento do fluxo de caminhões que transportam a produção agrícola da região.

– Nos meses de safra, de março a novembro, a estação seca amazônica, chegam a circular mais de 5 mil veículos nessa rodovia, sendo, pelo menos, 2 mil caminhões carregados. Nos outros meses, na estação das águas, os problemas com a segurança aumentam. O resultado é uma estrada esburacada, mal sinalizada, com diversos pontos críticos e um índice de acidentes acima da média nacional.

Raupp reclamou ainda do ritmo lento em obras de construção de viadutos e pontes na rodovia. É o caso, citou, da obra inacabada do viaduto no trecho urbano da BR-364 em Pimenta Bueno. A construção, de acordo com a reportagem da revista *CrediSis & Negócios*, causou “um grave retrocesso” na economia do município, provocando transtornos e sérios prejuízos ao comércio”.

PECs

Raupp comemorou ainda a promulgação, a ser realizada amanhã, da PEC 87-A/03, que transfere os servidores do exterritório de Rondônia para os quadros da União; da PEC 96-A/03, que exclui a educação da DRU; e da PEC 324/09, que altera a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Senador afirma que Brasil deve assumir responsabilidades ambientais a fim de combater o aquecimento global, independentemente das metas adotadas pelos outros países

Cristovam pede que Lula leve proposta ousada a Copenhague

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) sugeriu que o presidente Lula dê exemplo aos países desenvolvidos e exerça um papel de liderança mundial. Para isso, afirmou o senador, deverá levar à Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15) uma proposta alternativa de modelo de desenvolvimento econômico que garanta a sobrevivência não apenas das gerações atuais, mas também das futuras.

– Temos uma chance raramente vista de levar ao cenário mundial uma proposta alternativa para os destinos do mundo inteiro. Para termos credibilidade, porém, temos que ter o compromisso com o que vamos fazer aqui dentro.

Cristovam Buarque insistiu que o Brasil deve assumir uma posição ousada na COP-15, sem esperar que os países desenvolvidos apresentem metas igualmente ambiciosas de redução das emissões de gases do efeito estufa. Para o parlamentar, o país deve assumir suas responsabilidades ambientais a fim de combater o aquecimento global, independentemente da atitude e das metas adotadas por outros países.

Os muros

Cristovam lembrou os 20 anos da queda do Muro de Berlim, co-



Cristovam também adverte sobre “muros” que separam ricos e pobres

memorados ontem, que, simbolicamente, representou o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

O senador reconheceu que a queda da “Cortina de Ferro” trouxe avanços econômicos e liberdade individual, observando, no entanto, que o Muro de Berlim foi substituído por outros “muros” no mundo moderno: o da desigualdade social; o do desequilíbrio ecológico, que provoca desigualdade entre a geração atual e as gerações futuras; o da desigualdade tecnológica entre os detentores dos bens tecnológicos e os que não têm acesso a eles; e o da desigualdade da saúde, que torna a expectativa de vida diferenciada de acordo com a classe social.

João Pedro relata mobilização global contra aquecimento

Ao relatar sua participação em reuniões de comissões da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, João Pedro (PT-AM) registrou a mobilização de países de todo o mundo em busca de avanços nos compromissos dos países ricos e em desenvolvimento sobre a redução nas emissões de carbono a serem apresentados na COP-15, em Copenhague.

Na reunião sobre mudanças climáticas com a representante do Brasil junto à ONU Maria Tereza Mesquita, João Pedro disse que pôde observar os países da Europa tratando de economia verde, enquanto o Brasil tratava de desenvolvimento sustentável, o que, a seu ver, é mais completo devido aos compromissos com a

questão social.

Apesar do que chamou de “mazelas ambientais brasileiras”, especialmente o desmatamento na Amazônia, João Pedro defendeu a tomada de uma posição de liderança pelo Brasil nesse debate.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse, em aparte, que o erro está em pensar na economia verde como desenvolvimento sustentável. Para ele, é preciso pensar em uma nova relação do processo produtivo com a natureza, mudando o produto. Para Cristovam, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma concepção atrasada de desenvolvimento.

– Estamos preocupados com as emissões de carbono e não com as

– Uma rede internacional [de televisão] anunciou que, na parcela rica da população, há 50% de chances de se viver até os 100 anos. De duas crianças nascidas, uma chegará aos 100 anos, enquanto, para a outra, a esperança [de vida] é de 39 anos. Um muro tão duro ou pior que o de Berlim.

O senador acredita ser “eticamente incompatível” a existência de uma modernidade rica à custa de excluídos sociais, após o desaparecimento de fronteiras geopolíticas que separavam os países, como há 20 anos. Para Cristovam, justamente por reunir contradições sociais visíveis e, ao mesmo tempo, contar com cientistas capazes de encontrar soluções para as desigualdades sociais e alternativas ambientais compatíveis com uma economia socialmente mais justa e menos agressiva ambientalmente, o Brasil é o país apropriado para assumir a liderança global de um novo modelo econômico.

Para isso, sugere o senador, o presidente Lula teria que adotar uma postura consentânea com os desejos de uma grande maioria da civilização atual, que anseia por uma proposta alternativa capaz de pôr fim aos diversos “muros” existentes, que separam uma minoria privilegiada da grande maioria desfavorecida.



João Pedro registra participação em reuniões da ONU em Nova York

emissões de desejo de consumo. Nós somos os culpados pelas emissões, pois virou uma mania nossa consumir mais – assinalou.

João Pedro registrou ainda sua participação na reunião sobre direitos humanos, em que foi apresentado relatório sobre o tema pelo alto-comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres.

Comissão examina medidas para compensar emissão de gases de efeito estufa

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove hoje audiência pública para discutir a compensação de emissões de gases de efeito estufa devido à extração de petróleo da camada pré-sal. Requerimento para o debate é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A audiência, às 14h30, também analisará proposta de tributação sobre emissões resultantes de atividades produtivas.

Foram convidados para a audiência representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente e de Minas e Energia, bem como da Petrobras.

Por videoconferência, CDH discute ensino de história indígena e afro-brasileira

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará amanhã, às 10h, por videoconferência, audiência para debater, com as secretarias de Educação de estados e municípios, a implementação de conteúdos sobre história e cultura indígena e afro-brasileira na rede de ensino. A videoconferência ligará o auditório do Interlegis, no Senado, às assembleias legislativas. Participarão professores e dirigentes de escolas e de secretarias da Educação, além de representantes do mundo acadêmico e de entidades indígenas e dos negros. O debate foi proposto pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Mesquita Júnior é relator, na CCJ, da proposta do Executivo que cria a pasta

Mesquita Júnior defende Ministério da Amazônia

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), relator do projeto que autoriza o Executivo a criar o Ministério da Amazônia, anunciou ontem que apresentará voto pela aprovação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador lamentou que a proposta (PLS 264/05), de Valdir Raupp (PMDB-RO), tenha sido rejeitada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), inclusive com o voto de parlamentares da região.

Mesquita Júnior ressaltou a importância do projeto, tanto para os brasileiros como para a comunidade internacional. Ele assinalou que, se o presidente Lula puder anunciar a adoção de uma medida como essa na COP-15, em Copenhague, mostraria sua preocupação com a Amazônia. Já a comunidade internacional, disse, “passaria a acreditar que alguma coisa positiva poderia acontecer na região”.

Desenvolvimento

O Ministério da Amazônia, explicou Mesquita Júnior, trabalharia de forma articulada com outras pastas a estimularia o desenvolvimento levando em conta as peculiaridades da região. Na sua avaliação, até agora foram realizadas apenas ações pontuais, “voltadas para grandes interesses, igualmente pontuais, destinadas a alimentar a vaidade dos governantes, e que passam longe das necessidades da população nativa”.

O representante do Acre acredita que, a cada vez que se negligencia a Amazônia, “interesses escusos” tomam conta da região, com prejuízo para os recursos naturais e para a população local.

Para Mesquita Júnior, a Amazônia apresenta uma série de especificidades que necessitam ser mais bem administradas, como a necessidade de regularização fundiária e de políticas públicas que levem em conta a diversidade de biomas existentes nos diversos estados. O senador acredita que falta continuidade às políticas sociais e de desenvolvimento regional.

O parlamentar citou dados sobre a região que demonstram, na sua avaliação, a precariedade das políticas públicas implementadas: enquanto 51% dos brasileiros contam com rede de esgoto, na Amazônia esse índice é de apenas 9,7%; a tuberculose atinge 26 em cada 100 mil brasileiros, mas, na Amazônia, esse número chega a 69,4; 10% das crianças em idade escolar na região estão desnutridas; e um terço dos 100 municípios com o maior número de homicídios encontra-se na Amazônia.

Senador afirma que governo beneficia laboratórios farmacêuticos internacionais ao eliminar necessidade de anuência prévia da Anvisa na concessão de patentes

Papaléo condena mudança em patente de medicamento

PAPALÉO PAES (PSDB-AP) defendeu a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a decisão do governo federal que acaba com a anuência prévia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para os pedidos de patentes de medicamentos em análise no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

Com a mudança, caberá à Anvisa apenas opinar sobre fatores relacionados à segurança e à eficácia dos medicamentos, enquanto o Inpi passará a atuar sozinho na análise dos pedidos de concessão de patentes. Papaléo observou que a regra da anuência prévia foi estabelecida para justamente assegurar a possibilidade da produção de genéricos a partir de novos medicamentos.

Em discurso em Plenário, Papaléo citou dados publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a matéria, segundo a qual das 1.346 autorizações de patentes concedidas pelo Inpi, desde 2001, 106 foram barradas pela Anvisa por causa de irregularidades.

E, das 988 patentes confirmadas, em quase metade foram feitas restrições aos direitos que haviam sido concedidos pelo Inpi.



Papaléo Paes: decisão enfraquece produção de remédios genéricos

Na avaliação do senador, a mudança indica que o governo federal age em prol dos grandes conglomerados farmacêuticos multinacionais, pois facilita a concessão de patentes para esses laboratórios e diminui a liberação de remédios para os laboratórios brasileiros que produzem os genéricos.

– Com uma só tacada, o governo Lula consegue atingir duplamente o povo brasileiro. Por um lado, prejudica a população consumidora de medicamentos, especialmente de medicamentos de uso contínuo. De outro, desfere um duro golpe na indústria nacional, aquela que gera empregos e renda para o povo – afirmou.

Segundo Papaléo, a mudança afeta diretamente a eficácia da Lei dos Genéricos (Lei 9.787/99), “que foi, ao lado do programa de tratamento da Aids, um dos

marcos da gestão de José Serra, hoje governador de São Paulo, à frente do Ministério da Saúde”, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ser “incompreensível” qualquer mudança que elimine uma conquista do povo brasileiro no que se refere ao acesso facilitado a medicamentos.

– A saúde no Brasil já é um caos que rouba vidas. As pessoas esperam atendimento nos hospitais que não acontece porque o governo é incompetente e desonesto, não atende aos requisitos básicos da saúde pública – protestou.

Amazônia

Em seu pronunciamento, Papaléo Paes também defendeu a criação do Ministério da Amazônia, por considerar que a pasta daria mais credibilidade às políticas de preservação ambiental, comprovando que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva “olha a questão da Amazônia de forma extremamente séria, competente e responsável”.

– Seria um marco importantíssimo. Já temos o Ministério da Pesca, da Mulher, não sei se já tem o do homem, tem de quase tudo. Será que esqueceram a Amazônia? – indagou.

Brasil está debatendo o reajuste dos aposentados, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que foi muito questionado em Goiânia, onde recebeu homenagem, sobre os projetos que tratam da Previdência e do reajuste para aposentados e pensionistas no mesmo percentual concedido ao salário mínimo, que aguardam votação na Câmara dos Deputados.

– Não tem uma cidade hoje no Brasil que não esteja debatendo a questão dos idosos, aposentados e pensionistas. Eu disse que não é apenas uma questão econômica, mas uma questão social e de direitos humanos.

Paim assinalou que o assunto é de interesse de 190 milhões de brasileiros, pois quem não é aposentado sonha um dia se aposentar. Ele mencionou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontou a existência de 13,3

milhões de idosos chefiando famílias e, em metade delas, de um adulto com mais de 21 anos desempregado.

O senador assinalou que melhorar a aposentadoria ajuda no aquecimento da economia e na distribuição de renda. Ele disse que seus projetos, prontos para serem votados na Câmara, promovem a Justiça, pois os aposentados recebem hoje a metade do que recebiam no momento em que se aposentaram. Paim ressaltou que, dos 27 milhões de benefícios emitidos, 69% são de um salário mínimo e 21%, de um a três salários mínimos.

– Não é correto dizer que o reajuste de 5% é para todas as aposentadorias. É só para aqueles que ganham até quatro salários mínimos, eu diria 94% de todos os aposentados.

Em aparte, Geraldo Mesquita



Paim: não é correto afirmar que aumento vale para todos benefícios

Júnior (PMDB-AC) disse que é cético quanto ao tema, pois o governo federal não tem interesse em avançar na questão. Ele mencionou e repudiou e-mail de uma eleitora com críticas a Paim. Na avaliação de Mesquita Júnior, Paim tem sido coerente e, se não fossem suas iniciativas, os projetos não estariam hoje na Câmara.

Sadi Cassol (PT-TO) disse ter certeza de que o presidente Lula atenderá aos reclames dos aposentados.

Projetos isentam empresas para que possam enfrentar crise

Dois projetos com objetivo de capitalizar as empresas, reduzir custos e melhorar as condições de competição dos exportadores brasileiros, que amargaram elevados prejuízos com a crise financeira internacional, serão examinados hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

As matérias são de iniciativa da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade. Segundo o presidente do colegiado, Francisco Dornelles (PP-RJ), as propostas surgiram dos debates com o setor empresarial sobre alternativas para ajudar as empresas a enfrentar a crise e evitar os cortes na oferta de emprego.

A primeira proposição (PLS 411/09), assinada por Dornelles, inclui os bens de uso e consumo e os bens de capital, como máquinas e equipamentos, entre os itens que podem gerar crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Atualmente, de acordo com o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, um dos participantes dos debates na CAE, o papel higiênico, por exemplo, por ser material de uso e consumo, não dá direito a crédito de IPI. Ou seja, a indústria não pode aproveitar o IPI recolhido pelo fabricante de papel higiênico para abater do valor que tem a pagar do tributo. Assim, se for exportadora, estará exportando o imposto.



Francisco Dornelles é autor de uma das propostas em exame

O projeto permite não só a compensação no recolhimento do IPI como também usar o crédito que sobrar para abater no pagamento de outros tributos federais. A proposta também estabelece que o mesmo mecanismo de compensação pode ser usado por todas as empresas para as contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins, no caso dos bens de uso e consumo.

Alienação

O segundo projeto (PLS 409/09) apresentado como medida para o enfrentamento da crise financeira visa excluir da incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) o ganho de capital auferido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real quando da alienação de bens registrados no ativo imobilizado, especialmente imóveis. A proposição, do senador Marco Maciel (DEM-PE), tem voto favorável do relator, César Borges (PR-BA).

Sadi Cassol elogia ações da Marinha na região amazônica

Sadi Cassol (PT-TO), em discurso ontem, registrou o trabalho realizado pela Marinha do Brasil junto às populações ribeirinhas da Amazônia. Na semana passada, o parlamentar e um grupo de deputados participaram de uma visita ao navio de assistência hospitalar Carlos Chagas, que prestou atendimento à comunidade Terra Nova (AM), às margens do rio Amazonas.

– Não fossem os profissionais da Marinha, cerca de 20, entre médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos, talvez aquela sofrida parcela da população brasileira não contasse com um atendimento médico-odontológico de qualidade – disse.

Ao atracar na comunidade Terra Nova, contou Sadi Cassol, a população aguardava os profissionais de saúde da Marinha para a realização de exames



Senador acompanhou assistência a população ribeirinha em navio

médicos, odontólogos e testes laboratoriais, com o imediato diagnóstico, e a prescrição e doação de medicamentos.

– É um trabalho exemplar que a Marinha do Brasil vem prestando à população mais distante dos centros urbanos e mais carente de acesso aos serviços de saúde pública – afirmou o parlamentar.

Serys se solidariza com estudante agredida em universidade por usar vestido curto



Serys: estudantes cometeram “ato de vandalismo e histeria coletiva”

Serys Shessarenko (PT-MT) manifestou ontem solidariedade à estudante Geisy Arruda, agredida por colegas da Universidade Bandeirante (Uniban), em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, por usar um vestido curto.

Posteriormente, a Uniban publicou anúncio na imprensa informando que a aluna tinha

sido desligada “do quadro discente da instituição, em razão do flagrante desrespeito aos princípios éticos, à dignidade acadêmica e à moralidade”. Ontem, recuou da decisão.

Serys considerou como “ato de vandalismo e histeria coletiva” a agressão dos estudantes contra Geisy. Segundo ela, o que mais preocupa no episódio

é a reação coletiva dos universitários, o que, avalia, pode apontar para um “comportamento social de grave risco”.

– Aqui, a questão central, a ferida aberta, é o preconceito, a intolerância, o desrespeito, a injustiça que ainda se esconde na cabeça e no coração de alguns poucos. Sentimentos tão pequenos que estão prontos

a surgir a qualquer momento. Basta uma fagulha, um estímulo que seja. Até mesmo da instituição que os abriga. Esse evento não pode e não será esquecido. A jovem Geisy deve ser protegida e seus direitos garantidos contra essas ofensas e arbitrariedades – disse.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) apoiou Serys pelo discurso.